



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11722 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 06 - Educação Popular

VOZES JUVENIS: EDUCAÇÃO POPULAR E PESQUISA-AÇÃO COMO CAMINHOS POSSÍVEIS

Vanessa Lemos de Toledo - Outras

### **VOZES JUVENIS: EDUCAÇÃO POPULAR E PESQUISA-AÇÃO COMO CAMINHOS POSSÍVEIS**

O presente texto analisa as convergências e as contribuições da Pesquisa-ação (PA) e da Educação Popular (EP) desveladas durante uma pesquisa de Mestrado em Educação sobre assédio sexual em uma escola de Ensino Médio no interior de São Paulo.

A Educação Popular defende que alunas/os são sujeitos e não objetos do processo educativo. Entendendo que suas vivências constituem esse desenvolvimento e devem ser consideradas, almejando que os indivíduos envolvidos “se apropriem do conhecimento produzido com a sua vivência em experiências sociais e em reflexões fomentadas por elas” (VASCONCELOS E OLIVEIRA, 2009, p.140).

A Pesquisa-ação funda-se em problemas reais constatados pelos sujeitos em seu cotidiano e pelo desejo de transformação dessa realidade, se encarregando de proporcionar “aos participantes e investigadores a aprendizagem de uma prática nova em busca de uma transformação social” (VASCONCELOS, 2006, p. 235). A mesma autora explica que a Pesquisa-ação é cíclica e em sua revisão detalha que suas etapas podem ser divididas em: fase exploratória (ou diagnóstica), fase de pesquisa aprofundada, fase de ação e fase de avaliação.

Na pesquisa em questão, convidamos as/os estudantes do Grêmio Estudantil e demais interessadas/os de uma escola do interior de São Paulo/SP para integrar a investigação cujo objetivo era problematizar e refletir sobre o assédio sexual na escola. Com elas/es realizamos alguns encontros com o intuito de definir estratégias para a *fase diagnóstica* da Pesquisa-

ação. As rodas de conversa foram a escolha metodológica para que as relações fossem tecidas horizontalmente, já que “possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos partícipes”. (SAMPAIO et al, 2014, p. 1301).

Nessas rodas de conversa foi elaborado, coletivamente, um questionário respondido por um total de 256 alunas/os, entre 360 no total. Os resultados foram analisados pelo autodenominado “Grupo de Projetos” (por onde passaram cerca de 30 jovens, entre esses, 15 mantiveram presença assídua, formado majoritariamente por meninas), e que acompanhou todo o desenrolar da investigação, reconhecendo o assédio sexual como situação-limite.

Os resultados obtidos a partir da *fase diagnóstica* (questionários e rodas de conversa) propiciaram um rico apanhado acerca das concepções das/os jovens sobre o assédio sexual e outros temas tais como sexualidade, machismo, homofobia, entre outros. Suas vozes reverberaram o silenciamento imposto nas escolas sobre esses temas considerados tabu e reivindicaram outras formas de atuar sobre o ordenamento hierárquico presente na escola que corrobora a cultura do silêncio, gerada na estrutura opressora. Como afirma Freire (2018, p. 44) “É uma pena que o caráter socializante da escola, o que há de informal na experiência que se vive nela, de formação ou deformação, seja negligenciado”

No decorrer dos encontros, algumas frases recorrentemente citadas, com profunda riqueza semântica, revelaram os temas-geradores que serviram para sustentar a fase de *pesquisa aprofundada*. Para Freire (2018), o tema-gerador advém das experiências existenciais e das reflexões críticas sobre as relações humanas. Em nosso caso, os temas geradores elencados nos permitiram uma melhor apreensão da totalidade, pois representaram partes significativas da realidade dos sujeitos participantes, atribuindo e identificando sentidos. Foram eles: Posso falar? Para que falar? Com quem falar?

Na *fase de ação* o Grupo de projetos propôs implementar atividades que estimulassem o diálogo e a problematização sobre as temáticas levantadas, entre elas: palestras, dinâmicas, atividades artísticas, rodas de conversa, entre outros.

Um dos principais temas emergidos nessa etapa foi a deslegitimação do discurso da juventude, que reduz sua potência e capacidade transgressora. A discussão sobre a culpabilização das vítimas provocou, igualmente, reflexão e diálogos sobre a desigualdade entre gêneros e a necessidade de trazer essa problematização para o ambiente escolar.

A Educação Popular na escola viabiliza que alunas/os digam sua palavra e sejam ouvidos/as, fortalecendo a empatia e solidariedade. Quando os e as estudantes tomam consciência de que são sujeitos históricos, se entusiasma e essa energia as/os impulsiona a lutar contra hierarquias de poder e estruturas de dominação.

Na *fase de avaliação*, os/as participantes ponderaram sobre a exigência de punição que havia se destacado como solução para casos de assédio sexual na escola. Identificaram

que a responsabilização é essencial, todavia não é capaz de resolver por si só um problema que está articulado a práticas de opressão estruturais. Nesse contexto, reconheceram a primordialidade do desenvolvimento da consciência crítica para a compreensão da realidade e mudança de práticas violentas.

Alunos e alunas ressaltaram que rodas de conversa os/as aproxima através da identificação e favorece a criação de laços afetivos. Realçaram também que esses encontros os/as fortalece individualmente e como grupo.

É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica. (FREIRE, 2018, p. 117).

Ainda na *fase de avaliação*, os/as discentes repararam que ações pontuais iniciam o processo de transformação da realidade, entretanto é necessária a ampliação dos debates e ações. Nesse momento cabe frisar a importância do caráter cíclico da Pesquisa-ação e da relevância da expansão e continuidade de estudos acadêmicos que se aproximem dos sujeitos e construam o conhecimento de forma democrática e ética.

Durante o percurso da investigação, pesquisadoras e jovens passaram por um processo de formação. Em cada fase do processo, no decorrer dos diálogos, ações e reflexões, cada um/a dos/as participantes foi se constituindo enquanto sujeito e tomando maior consciência de seu lugar no mundo, bem como suas responsabilidades diante de realidades opressoras e injustas. “É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança”. (FREIRE, 2018, p. 57).

Extrapolando, mas não menosprezando, as denúncias de assédio sexual, os/as participantes perceberam que além de ter o direito de manifestar inquietações, passaram a se reconhecer como agentes capazes de construir estratégias para intervir na realidade, ou seja, vislumbraram a possibilidade de anúncios e a construção de inéditos viáveis.

Entendemos que a Pesquisa-ação e Educação Popular somente podem ser realizadas *com* e também aprendemos nessa experiência solidária de construir conhecimentos partilhados. Concluímos que a pesquisa e a educação sob o viés bancário, prescritivo e hierárquico são vazias, todavia quando conduzidas em comunhão e respeito mútuo são cheias de vida e carregadas de esperança.

Palavras-chave – Assédio sexual. Educação Popular. Pesquisa-ação

**REFERÊNCIAS**

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 57. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SAMPAIO, J. et al. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano, Brasil. *Interface (Botucatu)*. 2014. p: 1299-1312.

VASCONCELOS, V. O. Perspectivas de Pesquisa-Ação: Investigar, Atuar, Formar. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, MG, n. 2, dez. 2006. ISSN 2236-5176.

VASCONCELOS, V. O., M. W. Educação popular: uma história, um que-fazer. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 135-146, maio/ago. 2009.